



## **Olhares e reconhecimentos: a experiência do Neppas na *re-construção* do conhecimento na Uast/UFRPE**

Laeticia Jalil<sup>1</sup>  
Genival Barros<sup>2</sup>  
Fabiana Silva<sup>3</sup>  
Socorro Oliveira<sup>4</sup>  
Dario Falcon<sup>5</sup>  
João Amorim<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

laeticiajalil@gmail.com

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

febyby\_m@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

<sup>5</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

<sup>6</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido Neppas/UFRPE.

### **RESUMO**

Este artigo busca apresentar a experiência e os desafios vivenciados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (Neppas) da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Sertão do Pajeú de Pernambuco, que desde 2010 vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de fortalecer os processos locais de transição agroecológica e trazer para “dentro” da universidade questionamentos em torno do conhecimento gerado nela, tomando como orientação os princípios agroecológicos de produção e construção do conhecimento. A partir do reconhecimento das especificidades do semiárido, o Neppas atua com parceiros locais na perspectiva de “juntar forças para uma melhor ação”, numa proposta metodológica e política que preconiza a convivência com o semiárido. Dessa forma, busca-se discutir, com alunos/as e técnicos/as, estratégias que possibilitem trazer para dentro dos muros da universidade o conhecimento gerado pelas



comunidades e organizações da sociedade civil, bem como questionar o modelo de conhecimento acadêmico que não se faz crítico à realidade vivenciada pela sociedade.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Conhecimento agroecológico; Convivência com o semiárido.

## **Introdução**

A universidade enquanto instituição de ensino apresenta uma tendência a se abrir para o mundo real, mas ainda se configura prioritariamente por ser um espaço fechado à realidade empírica e de costas às necessidades de mudança da sociedade brasileira. Sua visão de mundo tende a reproduzir padrões eurocêntricos, cartesianos e a difundir modelos teóricos e metodológicos pensados em realidades distintas do local onde está inserida, muitas vezes importados como tipos ideais que devem ser seguidos. O conhecimento gerado, em muitos casos, não dialoga sequer com outras ciências, o que forma sujeitos fragmentados e especializados na forma rígida de “verdades absolutas e totalizantes”.

Mudar tal postura nos leva a questionar as estruturas internas da universidade e requer a adoção de metodologias que garantam um maior diálogo entre as partes envolvidas no processo de construção de conhecimentos, enfatizando, principalmente, a importância de esse processo ser mediado pela realidade e por uma reflexão crítica sobre o mundo da vida. Para tanto, é preciso extrapolar o espaço restrito representado pela sala de aula ou pelos “muros da universidade”, que, muitas vezes, “formatam” pensamentos, “engessam” concepções e acabam por reduzir as possibilidades de construção do conhecimento. É preciso tomar consciência do lugar que ocupamos não como determinação geográfica ou “divina” para não reproduzir, de forma acrítica, diversas outras categorias e conceitos que não auxiliam a compreender o caráter histórico, relacional e complexo da realidade na qual estamos imbricados/as e que nos propomos a problematizar, desnaturalizar e interpretar. Nesse sentido, olhar o local, compreender suas especificidades e potencialidades, dialogar com os atores locais e reconhecer as experiências desenvolvidas na região mostram-se como desafios para a construção do conhecimento crítico.

É a partir dessas questões que surge o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (Neppas), constituído por um grupo de docentes e discentes das áreas de Agronomia, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Economia, Sistema



de Informação e Sociologia da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (Uast) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que atuam com enfoque *multi e interdisciplinar* dando vistas ao meio rural, suas dinâmicas e transformações permanentes, buscando o desenvolvimento local sustentável do semiárido, em particular do Sertão do Pajeú. Para tal, desenvolve suas atividades em parceria com o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA), o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga) e o Projeto Dom Helder Câmara, o que nos possibilita conhecer e nos aproximar das comunidades rurais.

A Uast-UFRPE foi instalada em agosto de 2006, no Centro de Treinamento e Pesquisa em Pequena Irrigação (CTPPI), Campus Avançado da UFRPE, localizado na Fazenda Saco, em Serra Talhada – PE, um dos municípios que compõe o Território da Cidadania do Sertão do Pajeú em Pernambuco, que abrange uma área de 13.350,30 km<sup>2</sup> e é composto por 20 municípios: Ingazeira, Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Itapetim, Mirandiba, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama (TAVARES NETO *et. al.*, 2008).

A população total do território é de 395.293 habitantes, dos quais 153.673 vivem na área rural, o que corresponde a 38,88% do total. Possui 33.804 agricultores familiares, 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e uma terra indígena. Seu IDH médio é 0,65 (Territórios da Cidadania, 2012).

A região semiárida do Brasil abrange uma parte do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os sertões da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí e mais 45 municípios do sudeste do Maranhão. Ocupa uma área total de 974.752 km<sup>2</sup> nos estados do Nordeste, correspondendo a 53,10% desse mesmo território, com exceção do Maranhão. O norte do Estado de Minas Gerais possui 107.343,70 km<sup>2</sup>, ou 11,01% do total nacional; e o norte do Espírito Santo, 24.432,70 km<sup>2</sup>, ou 2,51%. Assim, a maior parte do semiárido localiza-se no Nordeste, correspondendo a 86,48% do total nacional (LIRA, 1981). Em termos de população, vivem nessa região cerca de 26 milhões de pessoas, que representam 46% da população nordestina e 13% da população brasileira.

Entre alguns dos principais problemas que a região do semiárido brasileiro enfrenta, está o processo de desertificação que vem se agravando, como consequência



de um modelo de desenvolvimento que não se preocupa com a sustentabilidade socioambiental.

Dentre os impactos causados por esse modelo, podem-se citar: a degradação do bioma Caatinga; a concentração fundiária; a monocultura extensiva; a má gestão dos recursos hídricos (destruição da mata ciliar, não proteção das nascentes, não participação efetiva das populações ribeirinhas, inexistência de tratamento de resíduos sólidos e efluentes, entre outros); o uso de agrotóxicos, que reduzem drasticamente a capacidade produtiva da terra e a qualidade da água, por conseguinte, acarretam danos às populações locais e à perda da biodiversidade.

Esses aspectos, isoladamente, já permitiriam classificar a estrutura socioambiental pernambucana dos territórios inseridos em sua porção semiárida como criticamente frágil quando comparada com o cenário de outros estados nordestinos, sobretudo diante do fenômeno climático das secas e dos efeitos dos impactos causados pelas grandes obras — diga-se, o Projeto de Integração do São Francisco (Pisf) e a Ferrovia Transnordestina.

No contexto pernambucano, destacam-se dois polos de agricultura convencional: o da cana-de-açúcar na Zona da Mata e o da fruticultura irrigada no Vale do Rio São Francisco. Fora esses polos, a agricultura familiar predomina de forma dispersa em várias regiões do Estado. Segundo França *et. al.* (2009), 90% dos estabelecimentos são de agricultura familiar (critério da Lei nº 11.326) e envolvem 83% da mão de obra desse seguimento. Ainda segundo o mesmo autor, 68% dos estabelecimentos agropecuários no Estado possuem menos de 10 ha, contudo ocupam apenas 10% da área total desses estabelecimentos, o que confirma a característica de grande concentração fundiária.

É nesse ambiente que surgem movimentos que buscam resgatar e ressignificar as práticas consideradas sustentáveis, questionar o modelo implementado, bem como enfrentar e propor soluções democráticas aos seus efeitos. Nesse contexto, parte da agricultura familiar passa a ser reconhecida como o sujeito político desse processo, que, com apoio e assistência técnica adequada, vem assumindo o desafio da transição ao modelo produtivo agroecológico. Como princípio filosófico, político e cultural, esse modelo passa a ser vivenciado pelas comunidades, com o reconhecimento de suas particularidades e potencialidades locais, desenvolvendo as suas capacidades para que modifiquem sua realidade.

Esse rompimento coloca no centro da análise e das ações políticas a agricultura familiar. É entender a complexidade e a multifuncionalidade da economia e organização



da agricultura familiar, que deve ser percebida, segundo Wanderley (1997), como espaço da produção não só econômica, mas também cultural, social, política, que traz consigo traços de tradição e possui uma imensa capacidade de ser um sujeito da agricultura moderna.

Esse é um processo buscado como objetivo de políticas e programas que assumem a proposta do desenvolvimento local sustentável, que culmine num processo de empoderamento dessas comunidades, compreendido a partir de Romano (2003):

Através do empoderamento se busca conscientemente quebrar, eliminar as relações de dominação que sustentam a pobreza e a tirania, ambas fontes de privação das liberdades substantivas. Com o empoderamento se procura combater a ordem naturalizada ou institucionalizada dessa dominação (seja ela pessoal, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica, política, cultural ou social) para construir relações e ordens mais justas e equitativas. O empoderamento implica em tomar partido (ou lembrando a antiga palavra de ordem: “compromisso”) pelos pobres e oprimidos e em estar preparado para lidar quase todo o tempo com conflitos.

Todo esse ambiente vem a exigir uma mudança significativa, tanto em termos metodológicos que orientam ações de pesquisa e extensão quanto no campo epistemológico, na proposição e implementação de políticas públicas e na adoção da perspectiva de uma agricultura de base ecológica, reconhecendo outros sujeitos, que historicamente foram excluídos do modelo tradicional, a agricultura de base familiar, as mulheres rurais, os jovens, etc.

### **Princípios metodológicos orientadores da experiência do núcleo**

Prioritariamente, o Neppas lança mão de uma metodologia para viabilizar suas intervenções junto à população que tem como base a pesquisa-ação, pensada de forma complexa e construtivista, interligando as diversas ações em torno do fortalecimento da agricultura familiar e da Agroecologia na região do Vale do Pajeú.

Assim, a produção de novos conhecimentos que essa proposta busca desenvolver tem por objetivo reafirmar a perspectiva coletiva do conhecimento, que procura ser circular, dialógica. Dessa forma, o conhecimento gerado também deve ser um dos instrumentos construídos e apropriados pelos atores sociais, que são historicamente excluídos do sistema, para não só questionar, como também potencializar uma ação de transformação da correlação de forças que determina papéis e lugares “predefinidos”, capacitando a organização e a ação dos sujeitos, intervindo a partir de análises da



realidade para transformá-la. A relação que propomos neste projeto não é sujeito-objeto (pesquisador/a-pesquisado/a), mas, sim, sujeito-sujeito (em que ambos fazem parte do processo de construção do conhecimento).

A metodologia participativa aqui adotada envolve a presença da família, dos professores, técnicos e estudantes (locais e universitários) em todas as fases do trabalho: i) Apresentação da proposta de projeto; ii) Discussão com os grupos envolvidos; iii) Discussão e concordância da comunidade; iv) Elaboração, aplicação e sistematização de um questionário; v) Realização de oficinas de capacitação e formação política; vi) Avaliação. Esta proposta não é a presença que “legitima” as decisões, e sim o diálogo de saberes, em que se estabelecem contratos pedagógicos e processuais rumo à transição agroecológica e à soberania alimentar. Nesse contrato, fixam e se estabelecem as responsabilidades, os papéis que cada um deverá desempenhar, as estratégias, objetivos e sistema de avaliação.

### **Princípios, valores e fundamentos que orientam a prática pedagógica do Neppas**

O Neppas não traz em suas pretensões a busca por inovações no meio agroecológico em que está incluso, mas, sim, aprofundar os estudos nessa temática na região semiárida. Isso se mostra nos trabalhos como o que desenvolvemos nas Unidades Agroflorestais, implementadas a partir da criação do Núcleo, que procuram ofertar à população e aos estudantes das Ciências Agrárias dessa região informações com profundidade suficiente para que possam aumentar a produtividade dos cultivos sem perder qualidade ambiental e, principalmente, tornar permanentes as fontes de alimentação e renda que garantam segurança alimentar e econômica para todas as famílias agricultoras.

É importante frisar também que a partir da compreensão da complexidade exigida para a construção do conhecimento agroecológico, interligando a pesquisa, extensão, ensino e produção, as ações do Núcleo fundamentam-se num programa com diversas frentes. Não se limita a apenas uma dimensão, principalmente para o fortalecimento e a melhoria da compreensão dos atores envolvidos nos princípios da Agroecologia, num contexto de uma região semiárida e que apresenta grandes desafios na superação de suas carências.

Nesse sentido, destacamos a *Espiral de informação e formação*, isto é, toda informação levada aos grupos envolvidos, seja formal ou informal, durante as oficinas



ou capacitações gera um processo de formação política, retornando ao grupo como forma de problematização das realidades vividas, iniciando um processo de desnaturalização e de questionamento destas, bem como destacando o papel e a importância dos atores sociais, neste caso os agricultores e agricultoras. Nessa perspectiva, discutem-se ainda textos teóricos objetivando fortalecer o entendimento de conceitos centrais na formação e no fortalecimento da Agroecologia dentro da Uast/UFRPE, sendo os temas previamente escolhidos pela coordenação no intuito de contemplar os diversos interesses de pesquisa dos/as alunos/as. A metodologia prevê a apresentação do texto pré-selecionado por um grupo de alunos/as, e depois é aberta a discussão aos demais, buscando sempre dialogar o texto com a realidade vivenciada, bem como atingir um aprofundamento teórico e metodológico.

### **Caminhos a serem traçados e algumas questões finais**

Após quase três anos de constituição do Neppas, mais de 20 alunos/as foram bolsistas e voluntários, diversas aulas de campo e visitas técnicas foram realizadas, além de seminários internos, palestras, mesas de discussão, seminários regionais, viagens para troca de experiência entre núcleos de agroecologia, encontro com agricultores/as, participação em programas de rádios, visitas a municípios próximos, estágios com as organizações parceiras (ver figuras). Essas são algumas das atividades realizadas no campo da construção do conhecimento agroecológico, pois compreendemos que este deve ser multidimensional, buscando uma formação ampla e complexa, que rompa com o modelo tradicional, baseado numa matriz técnica e cartesiana em que os/as alunos/as saem da universidade “prontos” para atuar.

Compreendemos que o processo de formação é constante e nenhum aluno/a, técnico/a e/ou professor/a está “pronto” após receber seu diploma. Na interação constante e no aprendizado cotidiano, vamos conhecendo a realidade e a transformando, e nos formando, num processo coletivo e dialético.

Temos aprendido que o diálogo constante com as comunidades, agricultores/as e parceiros na busca pela construção de projetos de pesquisa e extensão — em que se parte do pressuposto de que as coisas estão acontecendo e nós, como UFRPE, vamos fazer juntos, procurando potencializar o trabalho que vem sendo desenvolvido — é a melhor forma de nos legitimar como instituição perante a sociedade e os grupos com



que trabalhamos (os/as agricultores/as familiares) e nos fortalecer enquanto Núcleo para disputar internamente a universidade.

Outro aprendizado é que, enquanto professores/as e alunos/as, vamos “ocupando” lugares estratégicos na administração da UFRPE, como conselhos, comissões de pesquisa e extensão, centros acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, garantindo, assim, que nossa “visão de mundo” seja defendida, ou pelo menos reconhecida. Hoje, sabemos que, após muito trabalho, somos um grupo reconhecido e que a Agroecologia é uma das possibilidades para nossos/as alunos/as.

Sabemos que ainda há muito que se fazer no processo de construção do conhecimento agroecológico, principalmente quando se busca a interação com diversas áreas do conhecimento, numa perspectiva multidisciplinar. Hoje, um grande desafio é conseguir juntar os olhares e conhecimentos acadêmicos com o popular e fazer com que cada um/a saia de sua “caixinha de conforto”, ou seja, fazer realmente com que a interdisciplinaridade se materialize e nos ajude a construir uma metodologia que esteja, de fato, nos auxiliando a ver o mundo com novos olhares. Usar referenciais teóricos metodológicos, baseados numa matriz cartesiana e eurocêntrica, para questionar esta mesma matriz, não é tão simples e fácil assim.

Nesse sentido, compreendemos que os enfrentamentos vivenciados pelo Neppas dentro da UFRPE são fruto do questionamento às matrizes pedagógicas dos cursos das Ciências Agrárias, historicamente voltados à grande produção agrícola, o que gera conflitos ideológicos, políticos e culturais. No entanto, é certo que, entre estudantes, técnicos/as e camponeses/as, o Neppas é reconhecido como um instrumento para a aproximação da universidade com a realidade do Sertão do Pajeú e de convivência com o semiárido.

## **Bibliografia**

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. G.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

LIRA, M. A. Considerações sobre o potencial do sorgo em Pernambuco. In: **Curso de extensão sobre a cultura do sorgo**. 1981. Brasília, Embrapa-DID, 1981, p. 47-74.

ROMANO, J.; ANTUNES, M (org). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2002.

TAVARES NETO, A. C.; MARINHO, C. D.; ARAÚJO NETO, M. S. Sertão do Pajeú: uma breve história. Disponível em: <http://www.biuvicente.com>. Acesso em: 29 de março de 2012.



Territórios da Cidadania. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>  
Acesso em: 29 de março de 2012.

WANDERLEY, M. N. O “Lugar” dos Rurais: o meio rural brasileiro moderno. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, Natal. **Anais...** Natal: Centro de Convenções, 1997.p. 38-47.



## Figuras



Figura 1. Atividade com escolas da região sobre ato em defesa da Caatinga, realizado durante o *II Seminário Neppas* (abril/2012).



Figura 2. Participação e apresentação de sistematizações de experiências agroecológicas e trabalhos científicos em evento da área por alunos e professores do Núcleo.



Figura 3. Oficinas de formação para agricultores/as da região, realizada durante a *12ª Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE.*



Figura 4. Áreas de experimentação na universidade e na comunidade promovendo e fortalecendo o conhecimento agroecológico para os/as alunos/as e agricultores/as.